CONHECIMENTOS UTEIS.

VIAS-FERREAS.

1903 Em Allemanha achavam-se abertas ao transito vinte e uma estradas ferreas no fim do anno de 1842, e por ellas durando aquelle anno viajaram perto de septe milhões de pessoas; o rendimento, produzido pelos passageiros e pelo transporte de mercadorias, subiu a quasi quinze milhões de cruzados.

Tem continuado n'aquelle paiz com grande actividade, por todo o corrente anno, a construcção de novos caminhos de ferro.

Uma via-ferrea, que atravessasse toda a Peninsula, desde Lisboa, pelo valle do Tejo a Madrid, d'alli por Saragoça e pelo valle de um dos affluentes do Ébro, a algum dos portos dos Pyrinéos, a ligar-se com as vias-ferreas de França, seria de muito grande utilidade para toda a Peninsula, e quanto a Lisboa, tornaria esta capital o porto maritimo de Madrid, e das provincias centraes de Hispanha, que teem dois a tres milhões de habitantes, e poria Lisboa em communicação por meio de taes caminhos com todas as capitaes da Europa, excepto Constantinopla, porque o governo russo pensa no fabríco d'uma via-ferrea de Petersburgo a Varsovia e d'alli a Allemanha; e o rei de Napoles no de uma de sua capital a Roma, que depois seguirá por Florença para as fronteiras de Allemanha e de França.

A via-ferrea de Madrid a Saragoça, se fosse prolongada d'alli a Barcelona, augmentaria muito em utilidade.

Observe-se que as viagens pelas estradas de ferro são mais rapidas e muito mais commodas do que pelos barcos de vapor, e que por isso os viajantes dos paizes trans-pyrinaicos, que tivessem de embarcar para a maior parte dos portos da America, para a Costa occidental da Africa etc., deveriam em grande parte vir a Lisboa para o fazer, com preferencia aos portos do Mediterraneo ou do Norte.

EMBARCAÇÕES DE FERRO.

1904 No instituto dos ingenheiros civís de Londres, houve em maio ultimo, uma discussão sobre a duração dos navios e barcos feitos de ferro; e n'ella se affirmou que botes feitos d'este metal, ha mais de quarenta annos para navegarem nos canaes da provincia de Stafford, em Inglaterra, ainda estão servindo; e tambem que o barco de vapor *Aaron-Manby* construido em 1821, e que foi o primeiro feito de ferro, tem desde então estado constantemente em uso, não precisando em todo este tempo de quasi concêrto algum.

M. Mallet, ingenheiro civil, apresentou ao instituto a seguinte receita, para evitar que o ferro se enferruge; asseverando ser ella o resultado das suas experiencias. — 1.°, cobre-se o ferro com zinco pelo modo a que se chama galvanisação. — 2.°, depois dá-se-lhe um verniz que deve ter asphalto por base. — 3.°, e finalmente, applica-se-lhe uma pintura venenosa para impedir a adherencia de plantas e de animaes marinhos.

SALVA-VIDA.

1905 Em Edimburgo inventou-se ha pouco tempo um barrete feito para se usar ordinariamente, o qual tem um forro de fazenda preparada com gomma elastica ou borraxa; este forro, por meio de um pequeno gargallo metallico com sua rôlha de rosca, se póde encher de ar soprando. Em caso de perigo de naufragio faz-se uso d'este barrete como de uma forte bexiga, para conservar quem o tem ao de cima da agua.

Ha n'esta invenção a vantagem de não ser preciso trazer um traste além d'aquelles de que diariamente se usam.

DAGUERREOTYPO APERFEIÇOADO E PASSAPORTES.

1906 O professor Bottiger, de Frankfort, descobriu um modo de daguerreotypar a côres, tão facil e rapido como o processo ordinario; comtudo por ora só póde fazer apparecer tres côres. A primeira experiencia completa, que fez, foi em um retrato do barão de Humboldt, que se diz ser excellente.

Se a operação se contenta com papel e não requer lâminas metalicas, a policia poderia tirar proveito do descobrimento, fazendo daguerreotypar em cada passaporte o retrato do portador. Na China mandam ás vezes as auctoridades superiores o retrato do criminoso ou suspeito ás auctoridades inferiores, para facilitarem a sua captura.

BAFUREIRA.

1907 O Sr. Major Alpoim, das tropas de Cabo-Verde, referindo-se a esta planta, que se assemelha ao carrapateiro, e a que na ilha de S. Thiago e outras se dá o nome de Jágue-jágue branco, escreve que — «sendo sua folha applicada da maneira, que «abaixo se diz, tem a propriedade de restituir o leite «a qualquer mulher, que tenha tido filhos, ainda que «desde o ultimo parto tenham decorrido quinze, vin«te, ou mais annos.»

«Cozem-se bem as folhas do referido Jágue-jágue e «com a agua bem quente lavam-se os peitos; no fim «d'esta lavagem põem-se por algum tempo sobre os «mesmos peitos as folhas que se cozeram, as quaes «se devem supportar no maior gráu de calor que fôr «possivel; basta ser repetida esta operação duas ou «tres vezes para vir o leite com abundancia: — pois «eu tive — escreve elle — occasião de observar esta «experiencia na pessoa de Maria Codé, da ilha Bra«va, mulher de 45 annos de edade, e que havia mais «de vinte e cinco não tinha tido filhos; vi tambem na «villa da Praia da ilha de S. Thiago, uma mulata de «edade de 74 annos crear um filho do negociante Fran«cisco Cardozo de Mello. D'estes casos ha innumera«veis, e que eu podia agora citar, porém julgo des«necessario. Vi em Lisboa o tal Jágue-jágue na rua «de S. Francisco de Borja, em um quintal pertencen«te á casa onde morava o Tenente de caçadores n.° «2, Carlos Maximiano de Souza: por tanto querendo«se fazer a dicta experiencia póde mandar-se lá pedir «a folha.»

CONSIDERAÇÕES GERAES E PARTICULARES SOBRE A FABRICAÇÃO DO ASSUCAR E MANTEIGA INDIGENA EM RELAÇÃO Á ECONOMIA COMMERCIAL.

1908 Dá-se geralmente o nome d'assucar ás substancias comestiveis de um certo sabor doce e agradavel, conhecido de todos. Os chimicos imaginaram diffinir o assucar: — substancia susceptivel de exporimen-

tar a fermentação alcohólica. — Esta difinição tem alguma coisa de extensão demasiada, mas provém de se ter dado impropriamente o nome d'assucar ao succo d'aquellas plantas, que possuem um gôsto adocicado, porém que sem embargo são venenosas, como o assucar de Saturno, que é o acetato de chumbo. Hoje que o estudo da fermentação alcohólica está mais adiantado do que no tempo em que assim se deffiniu o assucar, sabe-se que nenhum assucar conhecido chegou jámais á fermentação, quero dizer, á sua transformação em álcohol e em ácido carbonico.

O assucar, que geralmente se acha no mercado, e de que fazemos uso tão frequente, existe naturalmente em vegetaes de constituição, e natureza muito differentes; encontra-se principalmente na canna do assucar, que por muito tempo foi a unica planta onde elle se ía procurar; depois achou-se na canna do milho e no *sorghum saccaratum*; mas existe geralmente nas plantas gramíneas de que são parte as que deixamos citadas. A seiba do *Érable*, especie de bôrdo, *acer saccarinum* de Linneu, em tanta quantidade o contém, que se póde extrair com vantagem nas terras onde a canna do assucar não produz como acontece no Canadá. Todos sabem hoje que a batarraba encerra tanta cópia de assucar, que tem dado logar na França e na Belgica a emprezas consideraveis. N'estes ultimos tempo, se tractou tanto em França como em Alemanha, de o extrair da abóbara em que elle abunda.

M. Hofman fez em Zambor, na Hungria, experiencias em ponto muito consideravel. As abóbaras semeadas a tres metros de distancia deram 400 a 450 quintaes métricos de producto por 65 geiras de terreno. O preço d'esta cultura e do terreno, compreendidas todas as despezas, se elevou a 32 florins d'Austria, quero dizer 127 francos ou 20:320 réis por cem geiras de terreno, produzindo 600 quintaes métricos d'abobaras pelo menos. A abobara apresenta vantagens particulares, que a farão procurar como util. Não exige escolha de terreno como a batarraba, mas requer grande quantidade de estrume. Parece que na Grecia se tem ultimamente tirado grandes vantagens da canna do milho, e da raiz da abrótea.

O assucar, que se fabríca geralmente na Europa é extraído da batarraba; mas é evidente que este se póde extraír das plantas, que crescem nos logares onde ella não produz. Seria um grande êrro fazer uma escolha exclusiva de uma planta qualquer: o assucar é um producto de origem agricola, e a agricultura depende de elementos que o homem nem sempre póde modificar, como o sólo e o clima.

Uma vez que o assucar se chegou a extraír e purificar, todo elle é o mesmo, fosse qual fosse a sua origem; mas por pouco impuro que seja, apresenta differenças muito notaveis, porque as substancias que o acompanham nas plantas, onde existe, não são sempre as mesmas, e poucas que sejam as que lhe-fiquem, lhe imprimem as mais das vezes characteres particulares; é por esta causa que o assucar bruto da canna se não poderia confundir com o assucar bruto da batarraba: o primeiro possue um cheiro de mel bastante agradavel, que se não encontra no segundo. Attendendo ao que deixamos dicto, affirmaremos que erradamente pensaram aquellas pessoas que julgaram, que o assucar indígena póde ser nocivo á saude.

O assucar tem sido muitas vezes analisado por um grande numero de chimicos, e os resultados obtidos se tem achado concordes com os mesmos que primeiramente tiraram MM. Gay Lussac, e Thénard.

Tem-se observado que em cem partes, tem de carbónico, 42,47. Hydrogenio, 6,90. Oxygenio, 50,63.

A composição do assucar apresenta este facto notavel, de que o oxigenio e o hydrogenio se acham n'elle exactamente em proporções eguaes, ás que compõe a agua.

A fabricação do assucar indígena em França, que não consistia ao principio senão em trabalhos de laboratorio e experiencias dispersas, e cujos resultados foram por muito tempo problematicos, deveu o seu primeiro desinvolvimento ás disposições do Decreto de 1812. Este lhe concedeu grandes immunidades, ordenou a cultura das batarrabas, permittiu a formação da primeira fabrica no Chateau de Compiégne, e eximiu este fabríco de todo e qualquer imposto, até dos direitos municipaes. A esta animação accresceram os progressos da agricultura, da chimica, e da mecanica, tornando-se pelo tempo adiante esta industria extremamente proveitosa.

Sendo em 1815 restabelecidas as relações da França com as colonias, cessou o governo de animar a fabricação do assucar da bataraba, o que todavia não fez parar o progresso d'esta industria. Em 1827 contavam-se 89 fabricas, produzindo 4 milhões de kilogrammas d'assucar; em 1836 mais de 500 estabelecimentos fabricavam perto de 50 milhões de kilogrammas d'assucar. Mas em 1837 o governo que havia muitos annos estudava o imposto que este producto podia receber, propoz uma lei que foi adoptada: a de 18 de julho. O assucar da batarraba foi submettido a um direito de 10 francos por cada cem kilogrammas, desde o 1.º de julho de 1838, e de 15 francos desde o 1.º de janeiro de 1839. Esta lei affrouxou a producção indígena, e augmentou necessariamente a das colonias, de quem o governo acolheu as *reclamações*, e fez diminuir a protecção que o governo dava ao assucar indígena. Este princípio foi realisado por via da ordenação de 21 d'agosto de 1839, que teve por effeito o fazer reduzir de novo o assucar da batarraba, e de lhe fazer subir o preço da venda. Esta ordenação foi em parte convertida em projecto de lei que se apresentou á sessão de 1839; mas esta lei ultrapassava ainda o fim da ordenação, porque não procedia como ella, para o fim de alíviar o imposto no assucar das colonias, prohibia toda a especie de protecção para o assucar indígena pela applicação de direitos eguaes para as duas especies d'assucar; era d'alguma fórma lançar um interdicto sobre o assucar indígena em proveito mesmo do estrangeiro, que seriam obrigados a importar, visto que o das colonias não seria sufficiente para alimentar a metropole, cujo consumo é hoje de 120 milhões de kilogrammas. Esta lei não foi adoptada; princípios mais afinados com os verdadeiros interesses das duas industrias, e com os interesses dos consumidores, foram estabelecidos pela lei de 3 de julho de 1840.

Os direitos, que hoje paga o assucar importado, foram regulados pela maneira seguinte.

Assucar das colonias francezas — 38 a 66 francos por cada 100 kilogrammas.

Assucar estrangeiro 65 a 105 francos por cada 100 kilogrammas.

A lei de 19 de julho de 1837 estabeleceu um direito de licença de 50 francos para cada fabrica de assucar indígena. Esta lei creou além d'isso um direito de fabricação que a lei de 3 de julho de 1840 modificou da maneira seguinte:

Assucar em pedra e assucar candi — 36 francos por cada cem kilogrammas. Assucar da primeira qualidade 33 francos. Dicto da segunda 30 dictos. Dicto da terceira 27 dictos. Dicto inferior 25 dictos.

Os fabricantes d'assucar indígena são obrigados a pagar no fim de cada mez os direitos pelas quantidades d'assucar produzido, cuja declaração se fez durante o mez; feita a deducção da tara real, e de um beneficio de dois por cento do preço liquido. Além d'isso estão sujeitos a mil outras obrigações que são miudamente fiscalisadas pela justiça. Antes de se começar a fabrica, tem o fabricante obrigação de declarar ao ministro do districto o logar do estabelecimento, bem como a capacidade das caldeiras de defecação, e das cisternas, reservatorios etc. É-lhe defendido augmentar a capacidade ou quantidade das caldeiras de defecação sem dar parte ao ministro 24 horas antes. Os fabricantes são sujeitos ás visitas e verificação dos empregados da justiça, e obrigados a abrir-lhes as suas fabricas, officinas, armazens, casas, celeiros, e outros quaesquer edificios, assim como apresentar-lhes o assucar e melaços, que tiverem em seu poder. Qualquer communicação com os edificios visinhos, não occupados pelo fabricante, lhe é interdicta.

O assucar não póde saír de uma fabrica sem que o fabricante tenha primeiramente dado parte ao ministro pelo menos 24 horas antes.

A falta d'observação de qualquer das presentes disposições é punida com multa de 100 a 600 francos, além do direito sobre as quantidades exportadas sem declaração, e da confiscação do assucar, xaropes, e melaços fabricados, usurpados, ou transportados com fraude.

Tractemos agora porém dos resultados que este ramo de industria podia ter em Portugal.

¿Quem poderá duvidar que a fabricação do assucar indígena seria de incalculaveis vantagens para este reino?

¿Quanto é o gasto que estamos fazendo d'este genero? As alfandegas que nos respondam; mas parece-nos que não poderemos ser taxados de exagerados se calcularmos, que os nossos tres milhões e meio de habitantes consomem na roda do anno uma quantidade d'assucar cujo valor não será inferior a seis ou septe milhões, os quaes annualmente saem para a America. ¿E porventura estamos nós no caso de olhar com indifferença para a saída de tão grossas sommas, não fallando nas que damos em troca de muitos outros objectos? ¿Quaes são os generos de exportação que temos cujo valor se possa comparar a tantos valores que importamos? ¿Acaso nos vem ainda o oiro das nossas possessões ultramarinas para que deixemos de tremer com a idéa de poder quasi chegar a extinguir-se entre nós o numerario? ¡E tal idéa não occorre, nem parece ter occorrido ainda a governo algum em Portugal! mas já que desgraçadamente assim é, temos por dever nosso procurarmos á porfia, no muito e no pouco, directa e indirectamente, pôr um dique a esta impetuosa torrente de dinheiro, que d'esta terra já tão pobre sae continuamente.

Se a França não tem animado hoje este ramo d'industria de maneira que o assucar indígena possa absolutamente supprir o consumo do paiz, é porque a França, como nação industriosa, precisa de alimentar as suas colonias para que estas sejam outras tantas consumidoras dos productos da sua immensa industria; e se das suas providencias legislativas se seguiu a ruina de muitos fabricantes d'assucar indígena, protegendo estas (seja-me licito explicar-me assim) a ignorancia e o ramerrão ordinario dos colonos em detrimento da sciencia e do progresso, é porque o seu governo illustrado conhece perfeitamente que um paiz tal como a França, não deve animar tão sómente um ramo de industria; e assim a França alimenta mutuamente as suas colonias, e estas a metropole. Mas se a França se visse um dia sem colonias, estamos certos de que o governo de modo algum quereria que a nação comprasse aos estrangeiros o assucar que no paiz se podia fabricar, empregando n'isso tantos milhares de braços. Prolongada foi a lucta do assucar indígena com o das colonias, mas a industria levou a palma, e ainda alli se contam 420 fabricas d'assucar que produzem annualmente 25 a 30 milhões de kilogrammas, que com o assucar das colonias completa a quantidade necessaria para o consumo.

Voltando porém a nós: duas coisas havemos de observar: primeira, que não temos colonias que nos ministrem o assucar: segunda, que ainda que as tivessemos em taes circumstancias, não estavamos no caso de as sustentarmos com conhecido damno nosso, porque não temos producções d'industria que ellas nos consumissem, que essas tambem nós importamos dos estrangeiros. Ora pois dobrada razão para que tal fabricação devesse ser entre nós forçosamente promovida, e muito protegida pelo governo; e se as rendas do estado viessem para o futuro a diminuir muito, ficava ao mesmo governo o direito salvo de impôr um tributo ao assucar indígena, augmentando tambem os direitos ao assucar estrangeiro para que o nosso podesse competir com elle, e assim o Estado nada perdia, e a nação lucrava infinitamente. Milhares de braços se empregariam n'este fabríco; a população do reino augmentava, e a agricultura tomava um possante incremento.

A fabricação do assucar em Portugal é objecto de que não só á nação resultariam incalculaveis vantagens, mas até havia de dar muito proveito a qualquer empreendedor. Abstraíndo da idéa de que o assucar da America deve vir a subir muito em preço por causa da abolição do tráfico da escravaría, o custo, que actualmente tem em Portugal, é já sufficiente para se poder tirar proveito da sua fabricação. Aqui se dão perfeitamente muitas plantas que o conteem em grande abundancia. A batarraba em algumas do reino produz muito bem como nas visinhanças de Thomar, e encerra uma quantidade d'assucar talvez superior á batarraba franceza.

Segundo os calculos aproximados e experiencias que fiz, conheci que uma geira de terreno dá o valor de producto em assucar livre de despezas 14$000 réis pelo menos, não incluindo o valor dos melaços, e o valor dos residuos das batarrabas, que são optimos para sustentar gado.

Seja dada uma geira de terreno, e vejamos a sua despeza e o seu producto.

Cultura		800
Lavoira		600
Estrume 8 carradas a 800 rs		6:400
		7:800
Despeza com o fabríco do assucar	2:200	
Lenha 8 carradas a 500 rs.	4:000	6:200
		14:800
Producto de 200 arrobas de batarrabas, que tanto poderá produzir uma geira de terreno, avaliando este a 5 por cento são 10 arrobas d'assucar a 2:880 rs.		28:800
		14:800

Do que se deduz que quanto maior fôr a laboração maiores serão os interesses.

Para este fabríco deve-se pôr a mira em escolher sitio onde o combustivel seja barato, e haja abundancia d'agua, e muito melhor será que haja motor d'agua para evitar a despeza de uma máchina de vapor, ou a que fazem os bois, porque é necessario haver um ingenho para moer a batarraba ou qualquer vegetal que seja para assim se lhe extraír o assucar.

Quanto ao processo, esse é simplicissimo e pouco díspendioso, sendo a maior despeza a do combustivel.

Concluimos portanto dizendo que por em França se usar da batarraba para a fabricação do assucar, não se segue que devamos por isso usar exclusivamente da mesma planta, porque o nosso solo, é outro, e póde ser que d'outra planta se obtivessem ainda maiores resultados. Ahi ficam já citadas algumas como a abrótea. A figueira do inferno, tambem no seu fructo produz uma quantidade admiravel d'assucar, e esta tem a excellencia de não carecer de cultura. O milho grosso das ilhas estamos convencidos de que preencheria cabalmente o fim em qualquer parte do reino que fosse, mas principalmente no Algarve. O *acer sacharinum* póde muito bem ser que cultivado no nosso paiz fosse de muita vantagem, mas a nossa incuria e desleixo teem permittido que sobre a sua cultura e aclimação estejamos n'uma total ignorancia. Emfim só a experiencia póde bem fazer conhecer qual é a planta de que entre nós se podem colher mais proficuos resultados.

Acima dissémos que os residuos das batarrabas eram optimos para a sustentação do gado. Uma nova industria podia pois nascer da fabricação do assucar por meio da batarraba, e é que com os residuos d'esta se poderiam sustentar grande quantidade de vaccas que servissem para fabricar manteiga. Este grande objecto que a alguns parecerá pequeno, é só por si digno da maior attenção. A manteiga é um artigo de tanto consumo, e cujo fabríco é tão lucrativo, que só por si se deveria empreender a fabricação d'ella em ponto grande.

A fabricação da manteiga em Portugal apenas existe em ponto pouco consideravel: no nosso reino, e na Extremadura meia duzia de particulares a fabricam para seu uso, e poucos para venda. Mas a manteiga que se fabríca no reino é tão boa como a melhor que vem d'Inglaterra, o que podemos asseverar e testimunhar: ¿ porque então a compraremos nós aos inglezes que nol-a vendem por bom dinheiro, e muitas vezes rançosa e nimiamente prejudicial á saude? Aqui temos pois outro canal aberto pelo qual se nos vão tão grandes e tão avultadas sommas de contos de réis (*), e que bem facilmente se poderia tapar, havendo alguma curiosidade. Não se espere porém nunca que em Portugal se fabrique quantidade de manteiga que abasteça o reino sem que a este fim se dedique especialmente uma empreza, porque sendo impossivel fazer aqui boa manteiga e em abundancia sem o auxilio de pastos artificiaes, consistia a primeira difficuldade em fazer compreender aos nossos lavradores que das suas terras tirariam maior proveito plantando parte d'ellas de luzerna ou esparcéto para a sustentação das vaccas, do que semeando-as todas de milho e trigo como sempre fizeram nossos avós, que não gostavam de manteiga, e só usavam do azeite da terra. Se elles seguissem este sistema d'ahi resultaria a vantagem da fabricação da manteiga, e d'este modo obtinham grande quantidade de estrumes para fertilisarem as suas terras; augmentando-se assim muito a producção d'ellas, do que lhes viria palpavel interesse. Mas este affêrro que ha em Portugal ao estado estacionario não nos deixa dar um passo para o fim de obtermos não só as coisas uteis, mas nem ainda as necessarias. Por cujo motivo repito que era este ramo de commercio só por si digno d'uma empreza, que tendo boa direcção, e sendo entregue a pessoas intelligentes da materia daria sem duvida resultados muito proveitosos.

Façamos um calculo sobre os lucros que se podem tirar da fabricação da manteiga em ponto grande.

Uma vacca sendo de boa qualidade, e sustentada pelo sistema de pastos artificiaes e fenos durante o inverno, deve produzir pelo menos um arratel de manteiga por dia, e isto pelo decurso de duzentos e cincoenta dias no anno.

Ora temos que dez vaccas produzem no anno 2:500 arrateis de manteiga que vendida a 240 réis o arratel faz réis		600$000
10 crias que valerão a 10$00 rs		100$000
80 carradas d'estrume a 400 rs.		32$000
10 porcos engordados com o leite azedo que fica depois da extracção da manteiga		50$000
		782$000
Vejâmos agora a despeza:		
Guardador das vaccas	60:000	
Mulher para fabricar a manteiga	60:000	
80 carradas de matto a 500 rs.	40:000	
Despezas provaveis	20:000	180$000
		602$000

Devemos notar que calculamos em tudo os rendimentos pelo minimo; porque por ex. as crias sendo femeas em pouco tempo valem mais de 10$000 réis, e conservando-as tornam-se vaccas, de maneira que o capital empregado não só se conserva, mas augmenta por si mesmo. Além d'isso uma vacca sendo de boa qualidade deve produzir mais de um arratel de

(*) Pessoas intendidas, e nomeadamente o Sr. Marreca, teem calculado em mil contos de réis o dispendio, que annualmente estamos fazendo com manteiga estrangeira.

manteiga por dia, e isto quasi por espaço de trezentos dias no anno, porque vaccas temos nós visto darem 16 e 18 canadas de leite por dia, e só as 16 canadas dão mais de um arratel de manteiga sendo sustentadas as vaccas convenientemente do que depende a bondade e maior quantidade da manteiga. Tomámos tambem o preço de 240 réis como geral, mas todos sabem que a manteiga ahi se vende muitas vezes a 280 réis e 300 réis, e este preço tem sempre nas provincias.

Temos pois feito por mostrar a maneira e a facilidade que ha-de se fabricar em Portugal tanto o assucar como a manteiga, e se havemos apresentado de um modo bastante sensivel, a grande utilidade que resultaria ao reino da fabricação d'estes dois importantissimos artigos, não havemos provado de fórma menos sensivel os resultados prosperos e lucrativos que d'estes dois ramos de commercio ou de qualquer d'elles poderia tirar qualquer empreza.

Dever é nosso o concorrermos todos para o bem geral do reino onde nascemos, mas principalmente d'aquelles a quem a Providencia dotou dos meios necessarios para poderem chegar facilmente a qualquer fim que se proponham.

Nós com a mira no bem da patria, desejando tanto a prosperidade d'este paiz a quem a natureza dotou d'um solo tão productivo, e de um clima tão ameno, mas a quem tão perseverantes máus fados teem trazido tantos e tão graves infortunios, que o teem lançado nos abismos da miseria: procurando d'algum modo cooperar com o nosso fraco auxilio para que elle a final comece a surgir de tão profundo pégo, conhecemos que a fabricação d'estes dois artigos de que tracta a presente memoria, não seria possivel obter-se sem o auxilio do estabelecimento d'uma companhia; e considerando além d'isso que uma das grandes difficuldades que para isto ha, é a ignorancia que existe sobre a fabricação d'estes objectos, tomámos a nosso cargo a publicação d'esta memoria, por meio da qual generalisando as idéas habilitassemos para a fabricação dos mesmos todas as pessoas, que influidas do geral ou do proprio interesse, ou simultaneamente d'ambos, quizessem effeituar empreza tão util e tão lucrativa.

Lisboa 25 de junho de 1843.

Pedro de Roure Pietra.

Consta-nos que na villa de Mafra se tracta de fazer uma sociedade para estabelecer em ponto grande o fabríco da manteiga: esta exemplar sociedade segundo nos dizem é promovida pelo Sr. Antonio Severino Alves, intendente das cavalheriças da casa real, e administrador da caudellaria de Mafra, juncto á qual se acha estabelecida uma vasta granja, onde se vão introduzindo os principaes melhoramentos da agricultura moderna. O fabríco da manteiga é um dos ramos mais importantes da industria agricola, e esta trará o complemento dos progressos que a sciencia de agricultar deve fazer n'aquelles districtos pela influencia dos exemplos, que offerece a quinta experimental de Mafra.

TRIBUNAL PARA AUCTORES E LIVREIROS.

1909 Em Stuttgard, capital do reino de Wurtemberg, foi ha tempos creado um tribunal para decidir as controversias entre os auctores, editores, livreiros etc., e o seu resultado tem sido de tal sorte util, que o rei de Saxonia está para seguir o exemplo, estabelecendo um tribunal similhante em Leipsick.

O MONUMENTO E A ESCHÓLA POLYTECHNICA.

III.

Sed ego quae monumenti ratio sit nomine ipso moneor, ad memoriam magis spectare debet posteritatis, quam ad presentis temporis gratiam.

Cicero.

1910 *Crença idolatrada do seu coração* chama o meu adversario á publica-fórma em pedra do mote do exarcha, em que se pertende escrever por entrelinha ou rasura o nome de D. Pedro: crença idolatra, chamarei eu antes a essa adoração cega das pedras de Pero-pinheiro: cega como a dos primeiros discipulos do propheta de Yatrib, que se atiravam ao ferro inimigo para morrer n'elle, pensando ganhar o céu e sujeitar a terra inteira aos destemperos do Koran. É a idolatria um grande peccado: Deus allumie o auctor dos artigos do *Correio* para que a abandone, e se volte ao Evangelho, que já provou exuberantemente haver de todo esquecido.

Os commettimentos, que elle me faz, são todos de quem combate com os olhos fechados como os Musslims primitivos, que muitas vezes achavam a morte onde esperavam encontrar a victoria. Ahi vae mais uma lamentavel prova dos perigos das crenças idolatras.

No segundo paragrapho do primeiro artigo publicado no *Correio* ácerca da questão ventilada, e ainda n'este mesmo artigo dirigido contra a Revista, são taxados de egoismo os que querem a eschóla em vez da columna. Repelli eu aquella accusação *definindo* o que era egoismo, e mostrando que na feitura da eschóla, nenhum interesse existia para nós individuos. Como ao que eu disse não havia resposta, o meu antagonista achou mais facil *suppor* condições do egoismo o amor *da familia, dos amigos, da patria, dos vindoiros!* Isto é incrivel, mas lá está escripto. Os que defendemos a eschóla temos esse egoismo; nem o abandonaremos, se para adorar, não o bezerro de oiro, mas os penedos de Pero-pinheiro, nos é necessario renegar os affectos mais bellos e puros do coração humano.

Lembro de passagem ao *Correio* que *ego* em latim significa *eu* em portuguez; que Kant, com quem logo no seu primeiro artigo nos quiz metter medo (abrenuntio!) fecha todo o universo no *eu*, e *não eu*; e finalmente que o egoista é o que concentra todos os seus affectos no *eu* e abstrae completamente do *não eu*.

Tenho pena de que os limites de um artigo de periodico me não consintam examinar os deliciosos paragraphos sobre a unidade de pensamento nas obras artisticas, para vermos *cuja era a intelligencia de quem todos se haviam de rir*. É na verdade admiravel a innocencia com que ahi se rejeita a condição do bom no bello; com que se condemna a estethica de Kant, do mesmissimo Kant, que o meu adversario mettêra na sua phalange e com quem, por um triz, nos não mata logo a principio! ¡ Permitta Deus que n'este negocio de Kant, não ande alguma emburilhada como a de Shakspeare!

Umas perguntinhas porém irão aqui por amostra.

Entre outras coisas a que se nega a possibilidade de ser util é a um livro sublime, sob pena de universal risada. ¿A Biblia é ou não ao mesmo tempo sublime e util? É. ¿Quem a dictou? Deus. ¿Não parece ao meu antagonista um pouco grosseiro rir da intelligencia de Deus?

Sobre o resto da primeira parte do artigo, só sei exclamar como Hamlet — ¡palavras! — ¡palavras! — ¡palavras! ¿A que vem ahi todas as especies de monumentos onde a idéa moral de utilidade para os vindoiros se poderia associar a estoutra idéa moral, a de lhes recordar o Libertador? ¿Como se prova que para haver coherencia é necessario que o monumento tenha por condição todo o genero de utilidades? ¿Onde disse eu que na idéa absoluta do objecto se encerrava forçosamente como qualidade primeira a idéa de uma utilidade, quanto mais de todas as utilidades? ¿Não foi exactamente isso que eu declarei um absurdo creado pelos sectarios da opinião contraria para o combaterem com o outro absurdo, de que é condição absoluta de todo e qualquer monumento o ser inutil? ¿De que modo conclue o meu antagonista do principio que estabeleci de que um monumento não tem por condição essencial senão o lembrar, que para ser logico hei-de querer que elle seja sem remissão util de seiscentos modos? ¿Que logica é esta? Ou eu estou doido, ou o meu adversario cego na adoração extatica dos seus *penedos idolatrados*.

Eu fiz nascer a conveniencia e propriedade de ser o monumento de D. Pedro uma eschóla emvez do obelisco de Trajano ou de Phocas, não da natureza da coisa em si, mas de uma ordem de considerações relativas ao Imperador e a nós, as quaes deviam determinar as circumstancias accidentaes do monumento. Combater essas considerações: mostrar que ellas não são *determinantes*, isso intendo eu: mas confundir tudo; tanto o que é relativo ao lembrado, como á coisa que lembra, como aos que querem fazer lembrado; tirar de uma ordem de raciocinios argumentos contra uma ordem de raciocinios diversos, é pôr o cahos e as trevas no logar da harmonia e da luz: é mostrar que se não sabe ou não se quer avaliar idéas complexas, que se não concebe ou se não quer conceber o que seja analyse. Eis porque se repugna á definição rigorosa da idéa generica *monumento*. A clareza, o methodo, as deducções logicas e precisas matam os defensores da pedra.

¿Quer o meu adversario refutar-me? Prove que um monumento não é um meio de lembrar — que é alguma coisa — mais ou menos ou diversa: prove que a natureza da idéa monumento repugna sempre e em todos os casos á natureza da idéa utilidade. Se fizer isto a questão está acabada. Se o não podér fazer, demonstre ao menos que na hypothese actual as considerações que me fazem crêr, que uma eschóla é o monumento mais proprio de D. Pedro, não são verdadeiras; que outras considerações mais exactas determinam que o accidental do monumento seja um obelisco ou uma columna; mas que essas considerações se apresentem solidas, leaes, contrarias verdadeiramente ás minhas, e não traga argumentos como aquelle por onde termina a primeira parte do seu artigo, no qual querendo sustentar a these de que *um monumento é um ponto de contacto entre a admiração e a gloria* diz que os dois monumentos do regicidio de D. José I, postos no logar do crime e do supplicio provam contra mim porque a *columna e o templo podiam reunir-se n'um só monumento, e a casa de Deus expressar duas idéas a recordação dolorosa do delicto, e o agradecimento á providencia, isto segundo a minha opinião.* A minha opinião é que um monumento deve lembrar; que a *fórma* da lembrança, as *circumstancias* que a acompanham podem ser diversas. ¿Em que prova pois o templo ou a columna contra mim? Confesso que não intendo, e a muita mais gente ha-de succeder isso. Emvez d'esta affirmativa inexplicavel, eu peço ao meu adversario que mostre *qual gloria fazem admirar* aquelles dois monumentos, que eu citei, como poderia citar milhares de outros, para lhe demonstrar que era falsa a sua definição generica do objecto monumento.

Pedi acima considerações leaes: — o meu adversario auctorisou-me a pedil-as com o modo porque começa o seu segundo artigo. Aproveitou uma virgula trocada na imprensa para affirmar que eu *concedo licença de sermos gratos* a D. Pedro: porque disse que no monumento o lembrar era o essencial e a *gratidão, nossa e dos vindoiros — ou especialmente nossa se quizerem* — era o secundario o accidental. Quem lêr o que escrevi verá, junctando os dois paragraphos, em que exprimi essa idéa, que o *se quizerem* se refere ao *especialmente nossa*, e não *a gratidão*. ¿Suppõe-me o auctor do artigo tão insensato, que declarando ser a nossa divida a D. Pedro insoluvel, e a gratidão um dever concedesse no mesmo artigo, na mesma pagina, como *um favor* a liberdade de sermos gratos? Não; elle não o suppõe; mas como um homem que se affoga segura-se a um palito, ao ar, e até ás proprias ondas, assim elle lançou mão de uma virgula trocada, para salvar uma causa perdida. Por quem é lhe peço que não imite Camões nas aguas do Mecon: deixe ir ao fundo a columna romana: olhe que não val os Lusiadas. Lembro-lhe até que não busque outras razões para sustentar uma opinião insustentavel, se quer que ella prevaleça. Levado á evidencia que o mote do exarcha é uma coisa anachronica, estupida, insolente para com a memoria de D. Pedro, sem poesia, sem verdade, sem senso commum, e que uma eschóla deveria ser o monumento do homem da civilisação, esteja certo de que será mais facil arrazar todas as eschólas de Portugal do que deixar de se erguer a tal tranca de pedra; esteja certo de que os nossos Angelos Mai de obra grossa com tanto mais afferro se agarrarão ao seu palimpsesto, quanto mais absurdo elle fôr. A historia d'esta bemdicta nação no presente seculo lhe é fiadora sobeja d'isso em todos os seus aspectos.

Disse eu — e repito — que o *essencial* no monumento é o transmittir á posteridade a grandeza moral do individuo, e o accidental *n'elle* a gratidão. «Proclama-se, portanto, (observa o meu antagonista) que a *inutilidade irrisoria é o essencial*, e que a virtude indispensavel *é o accessorio*.» ¿Onde affirmei eu que o lembrar D. Pedro era *inutilidade irrisoria*? ¿Pois o homem que quizera ver derramadas por todos os angulos da monarchia recordações de D. Pedro intende que seja irrisorio o recordal-o? É por certo involuntario, mas é um falso testimunho que o adversario me levanta. O que escrevi corre impresso; julgue-o o meu mais cruel inimigo e diga se ha ahi uma phrase ou uma palavra que o auctorise a attribuir-me si-

milhante pensamento. ¡¡ Portanto !! ¿ Portanto, o quê ? Bastava ter visto de longe uma eschóla de logica para nenhum ente racional tirar similhante illação das premissas que o *Correio* foi buscar ao meu artigo.

Havendo estabelecido que a condição unicamente essencial do monumento é o lembrar, conclui d'ahi que a fórma, os motivos, ou outra qualquer circumstancia da sua erecção eram accidentes, eram *qualidades segundas*, e que o ser ou não *util* em nada lhe muda a essencia. Resulta d'esta doctrina inexpugnavel, que todas as vezes que se falla em util ou inutil, se ha-de suppor salva a idéa moral e poetica de *recordar*, porque tal idéa involve a existencia do monumento, e se eu intendesse que este era absolutamente inutil, não seria tão parvo que dissesse : — faça-se uma eschóla emvez de uma columna : — diria — não se faça nem uma coisa nem outra ; porque o recordar D. Pedro é escusado. Quando fallei de utilidade fallei da conveniencia de erguer um monumento, que fosse tambem prolifico, um monumento que associasse ao pensamento do *bello*, que é a sua essencia, o pensamento do *bom*, que é uma condição esthetica. Dar estas explicações no meu artigo tive vergonha de o fazer ; tive vergonha de tractar os leitores como creanças de babadoiro e andadeiras.

A bulha que o meu adversario faz com eu dizer, que a gratidão ou outro qualquer affecto ou razão determinante do monumento é accidental e por isso accessoria, é uma miseria que o faria crêr estudantinho imberbe, e ainda nem sequer chegado ao Genuense, se outras circumstancias dos seus artigos não revelassem n'elle o homem habituado ás lides intellectuaes da imprensa periodica, a sustentar o pró e o contra. O *ser accidental* não é o contrario de ser importante, grave, bello, ou moral ; é o contrario de *ser necessario*. ¿ Não poderia alevantar o monumento a D. Pedro a saudade filial ou a de um amigo que nada lhe devesse ; o orgulho de um ricaço ; o enthusiasmo militar que só visse no Imperador o grande capitão ? ¿ Deixaria de ser monumento se estes ou outros quaesquer fossem os motivos determinantes ? Ninguem o dirá. Logo o essencial é o lembrar ; e a gratidão o accidente. Dou dez annos ao meu adversario para que ache uma resposta a isto, que tenha o senso commum.

Graças a Deus, que encontro emfim uma doctrina clara, precisa, opposta francamente á minha ! A final o meu impugnador declara « que a posteridade « não necessita que lhe lembremos D. Pedro ; que não « é preciso mandar fazer um pregoeiro de pedra e cal « encarregado de estar lembrando aos vindoiros uma « idéa que nem póde fugir, nem desvanecer-se. » ¡ Bem ! Isso agora intende-se. O monumento não é para memorar D. Pedro, porque isso seria uma tolice, *uma calumnia á posteridade* : logo é para *lembrar* a nossa gratidão : logo o monumento é destinado a recordar que nós homens que hoje vivemos cumprimos um dever trivial, o sermos agradecidos a quem nos fez beneficios. Já vejo que percebi o pensamento que vinha embrulhado no primeiro artigo de *Correio*, e que o exprimi com clareza e exacção no meu artigo. O monumento do Rocio é destinado a dizer : — *Lembrae-vos vindoiros de que nós os homens, que viviamos em* 1843, *não fomos ingratos*.

N'esse caso, porém, requeiro desde já um monumento na praça do commercio que lembre aos vindoiros, que não fomos ladrões (os que não o temos sido) : outro no caes do Sodré, que recorde que não fomos assassinos ; e assim por diante. Se todas as virtudes sociaes e communs devem ser memoradas por monumentos, cubram-se d'elles praças, ruas, viellas, beccos ; semêe-se por entre a cidade de casas outra cidade de agulhas e obeliscos. Se uma virtude trivial d'esta geração lhe deve grangear um monumento haja equidade com todas as virtudes analogas.

¿ E não vê o meu adversario, que rejeitando o monumento como meio de recordar D. Pedro, ou fallando poeticamente, de eternisar o seu nome, rejeita a biographia, o panegyrico, o poema que já pediu para elle ? A biographia, o panegyrico, o poema, são obras individuaes : não podem por isso *lembrar* a gratidão collectiva, mas só a gratidão individual, e assim não representando o que se quer que represente o monumento — a nossa gratidão — não tem valor monumental, salvo se pertendem que o biographo, o panegyrista, o poeta, resuma toda a sociedade, seja um novo Christo que pague a divida universal.

E agora por poema me lembra um peccado velho. Disse-se que o monumento substituia o poema, que nós não tinhamos sabido ou querido fazer. A gente da Revista não sabe fazer poemas epicos, nem temos vontade de o saber. Quanto as nossas forças o permittiam consagrámos ao Imperador, não incensos bolorentos porque a tardança os apodreceu, mas as linhas de gratidão e saudade que o coração nos inspirava quando a morte nol-o roubou. O óbolo de pobres que tributámos á sua memoria ahi anda nas mãos de todos. Digam outro tanto de si aquelles a quem o accesso poetico de tão melindrosa gratidão e saudade chegou a furo só depois de oito annos, como um tumor frio que precisou de todo esse tempo para amadurecer. Conheci um advogado velho, que em ouvindo d'estas, exclamava logo : — *¡ outro officio !*

Mais : eu declaro por minha parte que se para chegar á posteridade a *heroica* virtude, que tive de ser agradecido a D. Pedro, se ergue a columna do Rocio, recuso a minha parte de gloria, porque tenho medo de que a posteridade se ria da fatuidade com que pertendemos occupar-lhe a attenção, porque não fomos ingratos ao Principe que nos deu liberdade e patria.

Vem o adversario com o argumento de que se a Eschóla Polytechnica restaurada póde intitular-se de D. Pedro, tão bem ou melhor o póde a Universidade, que é quem representa completamente o pensamento da civilisação. O que representa a Universidade e a Eschóla Polytechnica em relação aos progressos sociaes do paiz, ou por outra, á sua civilisação, sabe-o tanto o adversario, e toda essa gente que não quer a eschóla porque quer a columna, ou quer a columna porque não quer a eschóla ; como eu sei turco ou chim. Mas, pondo esta questão de parte, (e desde já lhe asseguro, que não é capaz de me fazer entrar actualmente n'ella) mui cathegoricamente lhe declaro, que não me opponho á idéa de que a memoria de D. Pedro se una á Universidade de Coimbra, ou a todos os institutos litterarios — e que assim perde o seu tempo em chamar inconsequente e timido ao homem que disse : — *Multiplicae os institutos de civilisação e de progresso e consagrae-lh'os .... que por toda a parte o nome de D. Pedro .... surja, symbolo da liberdade.* ¿ Pois quem diz isto recua diante das consequencias,

e é timido? ¿Exceptuo a Universidade, ou outro algum instituto similhante de servir ao grande fim monumental? Chego ás vezes a persuadir-me de que o meu adversario me refutou sem lêr o que eu escrevi.

Mais: se uma grande cidade se houvesse hoje de edificar no nosso paiz seria bello e liberal o dar-lhe o nome de D. Pedro. Foi assim que os Estados Unidos perpetuaram a memoria de Washington. ¿Que lhe parece isto ao meu adversario? — Não são bem egoistas, sophistas e atheistas aquelles brutos dos americanos do norte em pôrem á cidade que creavam capital dos Estados, — a uma das coisas mais uteis d'este mundo, — o nome de Washington? ¡Oh lá se o são! — Brutissimos.

Eu cito contra o meu adversario o exemplo de uma nação ainda virgem e todavia civilisada e livre querendo alevantar um monumento ao seu libertador: entre estas circumstancias e as nossas ha paridade: dois libertadores — duas nações livres — dois monumentos. ¿Que cita elle contra mim? Os tendeiros municipaes de França, os caiadores de ochre, os arrazadores de monumentos, qualificados já devidamente por Victor-Hugo, que vão alevantando uns bonecos aos homens notaveis nascidos na sua terra, — homens todavia obscuros comparados com D. Pedro. Aqui, confesso que o meu adversario é melhor christão do que eu. É edificativa essa abnegação da consciencia e razão nacional ante os grandes philosophos e artistas vereadores das municipalidades de França. Só no céu elle poderá achar a recompensa de tão christã humildade.

¿Quanto a Napoleão, que me importa a mim que lhe levantem a columna de — Smaragdo? ¿Que tem Napoleão com D. Pedro? Buonaparte foi um Alexandre, um Cesar, um Trajano, um Attila, um Gengis-kan, ou tudo isso juncto; mas o que elle não foi é Washington, ou D. Pedro. Escravisou e enluctou a França para atravez da Europa roubada e assolada chegar a Waterloo. Ergam-lhe a columna com estatua, que é justo. Mas, ao menos, como soldado que fui de D. Pedro, deixem-me protestar contra a associação bestial do seu nome com o nome do assassino do duque d'Enghien; do salteador que roubou e opprimiu a Peninsula, como roubára e opprimira o resto da Europa, até que chegou o dia em que começamos a adubar os nossos campos com os cadaveres de cem mil d'esses garotos armados com que nos regalára. D. Pedro foi tambem como elle soldado; mas honesto. Não foi salteador nem assassino!

¿E depois, que é a columna e a estatua de Napoleão? A columna de Vendome foi erguida em 1806 por elle proprio (os despotas teem o cuidado de fazerem os seus monumentos, porque lá lhe sobejam razões para não esperarem que os outros lh'os façam): em 1814 tiraram a estatua de bronze que elle pozera a si proprio no cimo da columna para *fundirem o cavallo* da estatua d'Henrique IV: em 1833 a monarchia de julho fez uma rebemdicta á monarchia de Luiz XVIII, e tornou a pôr o boneco. Se em França volvesse o sceptro á linha dos Bourbons pegavam provavelmente no novo boneco e faziam um sino, ou uma bombarda, ou um cavallo para Philippe Augusto, ou para Luiz XVIII. ¿E é d'estas historias ridiculas que se querem tirar condições determinantes para a edificação de um monumento em que não ha paridade alguma com as circumstancias da coisa citada? ¡Miseria!

¿Para que vem o adversario citar-me a estatua de Guttemberg? Um ou mil exemplos de monumentos, exclusivamente destinados a lembrar sem nenhuma idéa associada de proveito, nada provam contra mim, que estabeleci em principio não ser a utilidade ou a inutilidade condição essencial de um monumento, e que fiz depender de considerações alheias á natureza da coisa e relativas só ao objecto lembrado e á vontade, que lembrava, a escolha das condições accidentaes da fórma. Os exemplos, que tenho citado, e que podia citar aos centenares, são esses que matam a sua proposição absoluta de que um monumento não póde ser util, e já que me levou a Moguncia ahi mesmo — e na mesma praça da estatua de Guttemberg — lhe darei mais um exemplo contra elle para fazer verdadeiro o proloquio: — *vir buscar lã e sair tosquiado*. Aquella praça chama-se de Guttemberg; — é dedicada ao celebre impressor, e todavia serve e *é util* para tudo aquillo para que serve e é util uma praça.

É preciso além d'isso que o meu adversario não se esqueça do que é o monumento e do que foi Guttemberg. O monumento de Moguncia é propriamente dedicado a um facto complexo — a invenção da imprensa — symbolisado no homem que não a inventou, mas que lhe fez dar o passo gigante de a converter de tabularia em movel: antes e depois d'elle muitos outros trabalharam em aperfeiçoar e completar esse invento, que não é de um individuo, mas de uma nação, a allemã, e de um seculo, o XV. Accresce que em Guttemberg não houve intenção moral de progresso e civilisação: elle nem sonhou quaes eram as consequencias da arte de imprimir. Quando se lembrou de mobilisar os typos só curou de ganhar mais dinheiro, que os copistas ordinarios a quem não era possivel dar copias tão baratas, e em tanta abundancia. Restam provas d'isto. Nem pois entre elle e D. Pedro ha paridade alguma, nem supponha o meu adversario a Allemanha tão tonta que elevasse essa estatua mais do que como um symbolo. N'este monumento não ha gratidão, ha lembrança d'um facto complexo que pertence a muitos homens.

Mas concedo-lhe que seja a estatua de Guttemberg o que elle quizer. ¿Póde-se oppôr todavia um facto isolado do presente á doctrina que resulta do estudo dos muitos seculos? ¿Despresar a historia desde as mais remotas éras até ao nosso tempo para dar valor a este ou áquelle facto, praticado hoje n'esta ou n'aquella nação, e ahi mesmo contradicto logo por outro facto analogo, não é um abuso intoleravel do argumento de auctoridade?

Mas, acode o meu adversario, o que dizeis do character dos monumentos, e da harmonia das suas condições accidentaes com o estado politico e moral da épocha e do povo que os viu erguer, é falso. ¿E porque é falso? Vejâmos.

Já eu mostrei que os obeliscos ou columnas monumentaes não se alevantaram em Roma, senão desde que a tyrannia dos Cesares substituiu a liberdade antiga. Responde-me o adversario, que antes d'isso não se cultivava a architectura com *aproveitamento e protecção*, e pergunta-me no fim, muito ancho, se o que eu disse é licção de logica ou d'historia.

Não era nada d'isso: era uma simples verdade: agora o que vae ler é que talvez seja uma e outra coisa.

Se a sociedade romana no tempo que era livre com-

preendesse a erecção d'esses obeliscos, que cresceram em volume, e em numero não segundo o progresso da arte, mas com a sua decadencia até a completa corrupção, chamada arte bizantina; se ella cresse que os manes dos homens eminentes se affrontavam de que á memoria do seu nome se associasse um pensamento de utilidade, como pareciam acreditar os tyrannos, que depois a escravisaram, não podia tambem ter alevantado columnas e obeliscos? ¿Tão rudes eram os antigos romanos, que não soubessem amontoar pedras sobre pedras para fazer uma pyramide, ou uma agulha? ¿Pois não tinham a columna toscana, nascida na Italia antes da influencia grega, para a collocar no meio de uma praça como a collocavam n'um templo? Os negros semibarbaros d'Axum poderam alevantar um obelisco: Thebas, a egypcia, pôde erguer tantos: os Pharaós souberam construir as pyramides: todo o despotismo, emfim, do oriente, estupido e selvagem, deixou o sólo coberto d'esses vestigios de um orgulho exclusivo e insensato, ¿e os contemporaneos dos Scipiões, os vencedores da civilisada Carthago eram impotentes para edificar um monumento de similhante genero? Porque o seriam? Porque não conheciam a arte grega — diz o meu antagonista. ¿Ha paciencia que tal soffra? Visto isso onde não houver columna Corinthia, dorica, ou jonica não ha columna, não ha obelisco exclusivamente monumental, não ha nada. Faltava mais esta desgraça ao genero humano. O obelisco de Luxor, que os francezes dizem ter trazido do Egypto, o monolitho d'Heliopolis, que se crê trouxera para Roma Caligula e restaurára Xixto V, (¡que dois monumenteiros d'obeliscos!) tudo isso são contos da carochinha: os egypcios não conheciam as tres ordens gregas; ¿como haviam, portanto, de alevantar esses monumentos? Os francezes, e os italianos enganam-nos descaradamente.

O que eu nunca vi foi tanta lastima juncta.

¿E a Grecia? — ¿Porque não fallastes na Grecia? Clama triumphante o meu adversario. Pelas razões que lá estão no que escrevi: porque se fallasse na Grecia, e no oriente; nos povos antigos e nos povos modernos, faria um livro e não um artigo. Escolhi o romano entre uns, porque era o principal d'elles: escolhi o nosso entre os outros porque era aquelle cujos exemplos nos tocavam mais de perto. Como, porém, o meu antagonista requer Grecia, terá Grecia e será em poucas linhas.

Dou-lhe um anno para me apontar uma columna ou um obelisco grego, destinado a recordar a memoria de um morto illustre, e erecto na épocha da liberdade grega, que se affaste das tres fórmulas — edificio de serviço publico — templo — sepulchro. Isto é cathegorico. Todas essas especies tem ao lado da idéa *lembrar* a idéa de *utilidade*: o templo porque servia *tambem* ao culto — o sepulchro porque *tambem* servia para resguardar os restos d'aquelles que ahi jaziam: — porque era *util* para a religião dos mortos.

Agora tudo o que se diz a respeito de deitar abaixo egrejas, arrazar sepulchros, e outras gentilezas que vem no cabo do artigo, e n'uma curiosa nota appensa a elle não lhe respondo, porque está abaixo até de uma resposta jocosa. É um d'estes espalhafatos de fecho d'acto, em drama ultra romantico para o effeito de scena. Deixal-o estar, que está muito bonito.

Tambem o meu artigo ficou em pé ainda d'esta: deixal-o estar egualmente que está bem. Esperemos para a outra trovoada. *A. Herculano.*

VARIEDADES.

COMMEMORAÇÕES.

OS DE ALCANEDE NA CÔRTE.

16 *de Julho de* 1719.

1911 Vieram á côrte de Lisboa os moradores de Alcanede, por cima de Santarem, em numero de mais de seiscentos homens, e se esperavam virem ainda alguns trezentos mais a requerer a ElRey a exempção de não pagarem oitavo das segundas, que recolhiam, ao conde de Villa Nova; senhor d'aquellas terras, por não ser uso pagarem taes jugadas, e haverem já tido havia vinte e tantos annos uma sentença por si; e procedeu este amotinamento da vexação, com que os tractou um rendeiro christão novo, a quem o marquez de Fontes tinha arrendado aquellas rendas, como tutor do conde de Villa Nova, que ficou de menor idade. — Queria o rendeiro que estes povos lhe pagassem os oitavos de todos os annos passados, desde que houve a demanda, que eram uns vinte e tantos annos, e importava grande somma, e os dictos povos ficavam perdidos; e com effeito os quiz executar pelas justiças do donatario, e elles lhe resistiram; e sobre isto tudo é que se vieram á côrte a fallarem a ElRey; porém sendo mandados embora se tomou resolução de mandar devassar dos dictos procuradores, e se commetteu a diligencia ao corregedor de Leiria, pera se castigarem os cabeças d'este motim pera exemplo de outros. — Esta gente toda se junctou no terreiro do Paço na tarde d'este dia, com resolução, e dois d'elles foram chamados acima, e saíram com despacho favoravel; e saíndo ElRey do Paço em um coche pelo terreiro do Paço lhe deram suas vivas, dizem que mandados pelo secretario d'Estado Diogo de Mendonça, para dar satisfação ao muito povo, que se havia já ajunctado, receando-se algum motim com occasião d'estes homens, que todos vinham armados de uns páos compridos, ferrados nas pontas, e estarem as coisas do trigo, e mais mantimentos mal governadas, caras, com falta, e carestia; e não se viu occasião mais apta para se levantar um motim: e n'esta occasião estavam umas tropas formadas no terreiro do Paço juncto ao forte, que alli se acharam á paga; mas nem estas bastariam a refrear algum impeto popular, se o houvesse. — *Ex visu.*

Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, na Ephemeride Historial.

NOTICIAS.

ESTRANGEIRAS.

1912 Por falta de jornaes de Hispanha, que não teem chegado apezar de terem vindo os correios, ignoramos o que vae n'aquelle paiz.

PORTUGAL.

ACTOS OFFICIAES.

1913 *Diario do Governo de 28 de junho.* — Paga-se um mez. Ordem do exercito n.º 24.

Idem de 7. — Portaria para que o conselho de saude publica examine os vinhos, que se consomem em Lisboa e Porto.

Idem de 8. — Carta de lei auctorisando o governo a comprar a livraria, que foi do bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avellar. Portaria pedindo esclarecimentos sobre as causas que promovem a emigração. Officio ao patriarcha para que ordene que se façam preces *pro felici partu.* Aviso de que nos dias 27 e 29 de julho e 2 de agosto se hão-de arrematar no Thesoiro publico os rendimentos da alfandega das Septe Casas.

EXPLICAÇÃO.

1914 Consta-nos que a pessoa, que no artigo 1900 designámos como o principial campeão da causa do duello na Sociedade Philomatica, recusára este titulo, que nós julgavamos e ainda agora julgamos competir-lhe. Não nos toca a nós, (nem que nos tocára, o pertenderiamos) estabelecer comparações quasi sempre temerarias e sempre odiosas entre o seu talento e o de outros illustres mancebos, que militam no seu campo.

O Sr. Antonio da Cunha Souto-Maior e o Sr. Luiz Augusto Rebello da Silva teem pugnado com egual ardor, com egual energia, e cada um d'elles com a especie de eloquencia que todos lhe reconhecem, e de que nós já mais de uma vez havemos dado testimunho. Entretanto, sem offensa de nenhum d'estes dois amigos nossos, repetimos que o Heitor d'aquella Troya é, em nosso conceito, o Sr. Daniel da Silva.

. . . . . in te omnis domus
Inclinata recumbit.

Partidarios sinceros do duello em theoria, e coherentes com os seus principios na pratica, todas as vezes que intendem que a honra o exige, o Sr. Cunha e o Sr. Rebello, teem-se contentado de expôr as suas convicções em brilhantes improvisos; emquanto o Sr. Daniel mostra haver mettido n'esta controversia um estudo assentado e porfioso, larga e infatigavel meditação, e todos os recursos de uma oratoria sagaz e habilidosa. Os outros apparecem na batalha como cavalleiros bem armados, mui déstros, e de coração disposto, mas elle concertou e sustenta a guerra em todas as suas partes; — como quem tomou *in solidum* o pêso d'ella. — Acode a todos os pontos accommettidos ou ameaçados; e a todos os adversarios tem rosto — *unus in omnes.* Assim a gloria de capitão, que os seus proprios auxiliares mais assignalados lhe não recusam, bem póde elle por um realce de merecimentos regeital-a, mas restituir-lh'a e manter-lh'a a nós pertence: e tanto mais é esta nossa homenagem de acceitar — quanto com egual sinceridade declaramos que até hoje nenhum dos verdadeiros argumentos contra o duello nos parece ter sido ferido por elle, nem levemente.

De fina têmpera são as suas armas, e valentissimo o seu pulso: ha porém duas coisas mais fortes, que todos os pulsos e que todas as armas, e essas coisas são — a razão e a consciencia.

A seu tempo (que o não é ainda hoje) voltaremos devidamente a este assumpto.

O HOMEM ESTÁ NO SEU DIREITO.

Lemos no *Portugal Velho*: —

1915 «Seriam 9 horas da noite, pouco mais ou «menos, e ante-véspera do festivo dia de S. João do «anno de graça de mil e oitocentos quarenta e tres, «via-se reunido na praça denominada d'Alegria d'esta «nobre cidade de Lisboa, um numeroso grupo de po«vo admirando silenciosamente, um homem que de «rastos caminhava, envolto em pobre capa, e o rosto «occulto; então uma patrulha de guardas municipaes, «se aproxima, interroga e indaga qual o motivo de «similhante reunião; — recebe em resposta ser o es«tranho caminhante um penitente a quem para remir «suas enormes culpas, o venerando confessor impo«zéra a pena, de assim caminhar até á parochial egre«ja do Sanctissimo Coração de Jesus. Duvidosa e ad«mirada do estranho caso, lhe ordena se levante e ca«minhe a sua casa, e ao povo que disperse por ser «tão numeroso ajunctamento a taes deshoras, suspei«toso e prejudicial ao publico socego; o penitente não «obedece, e o recalcitrante povo á uma exclama — «o homem está no seu direito, póde fazer penitencia «e caminhar como bem lhe approuver, pois não offen«de o sagrado codigo que felizmente nos rege, não «augmenta os tributos, nem faz bernardas quem anda «de rastos. — A patrulha quer orar ao povo, mas es«te põe em fuga a patrulha, que milagrosamente es«capa ao furor popular: assim se conta o facto, a «verdade Deus a sabe.»

UMA GRAÇA INGLEZA.

1916 Lê-se nos *Pobres no Porto* de 24 de junho: «Na tarde do dia 22 appareceram 3 inglezes (jul«gamos serem marujos) no jardim de S. Lazaro a pas«sear. Brincava por aquelle passeio uma creança, cu«jo pae andava mais retirado, e chegando-se a crean«ça ao tanque, um dos dictos inglezes lançou mão «d'ella como quem lança mão de um cão de agua, e «a atirou ao tanque!!! Acudiu de prompto a gente «que se achava no jardim, e um individuo se lançou «á agua e tirou a desgraçada creança ainda com vi«da; pois estava quasi a afogar-se, tendo vomitado bas«tante agua. O inglez fugiu; sendo perseguido por al«guns paisanos, e quasi no fim pela guarda, que pre«senciou o facto. Parece que estava embriagado.»

PRINCIPIIS OBSTA.

(Carta.)

1917 *Sr. Redactor.* — Como V. no seu excellente periodico, toma a peito todos os objectos de interesse publico e gloria nacional, rogo-lhe queira ter a bondade de chamar a attenção da competente auctoridade para a começada ruina, que se vae manifestando na mão esquerda, juncto á articulação do joelho, do cavallo da estatua equestre. É provavel que por causa da humidade, o espigão de ferro, que entra pelo interior da dicta mão, se oxidasse, e augmentando de volume fizesse abrir o bronze, como já muito sensivelmente se vê.

Acudindo-lhe agora, um pouco de trabalho e pequena despeza, evitarão a continuação da ruina, que, (a não se remediar) com o andar do tempo, além de tornar defeituosa uma obra tão prima, talvez de todo a inutilize. Sou etc.

Um assignante da Revista Universal Lisbonense.

17 de Junho de 1843.

O TRIBUNO.

1918 Recebemos n'esta redacção o novo jornal de-

nominado — *O Tribuno* — redigido por um moço de altos e esperançosos talentos, e de reconhecida sinceridade nos principios que defende: com as politicas não temos nós que vêr, pela centesima vez o repetimos; é prohibição que a nossa consciencia e opiniões de largos tempos assentadas nos arreigam cada dia mais: por isso nada diremos do alvo politico, para onde o Tribuno se encaminha, crenças puras e rectas acatamol-as; pessoas que as pelejam com fé e esperança, são sempre dignas do nosso respeito e estimação.

O styllo é vigoroso, rapido, e eloquente; ornado com o incisivo da phrase, com o leal e verdadeiro da expressão; recorda a miudo o arrebatado e popular de O'Connell.

PROSPECTO.

1919 Com licença e consentimento do auctor, pertende-se reimprimir a interessante obra intitulada: — *Ensaio Historico-Politico* sobre a constituição e governo do reino de Portugal, escripta por *José Liberato Freire de Carvalho;* e na qual se mostra, que este reino, desde a sua origem, tem sido sempre uma monarchia representativa, e que o absolutismo, a superstição, e a influencia de Inglaterra foram as causas da sua actual decadencia.

A edição d'esta obra, feita em França no anno de 1830, onde foi traduzida em francez no mesmo anno, está completamente exhausta; e como seja por muitas pessoas procurada, porque é uma especie de compendio, e resumo de toda a nossa historia desde o principio da monarchia até a morte d'elrei D. João 6.º, resolveu-se o edictor a reimprimil-a com muitas notas, correcções, e addições do auctor. O publico, que ainda não teve noticia d'ella, não perderá o seu tempo em a lêr; porque em suas paginas achará não só as principaes acções de nossos reis, os actos mais positivos da nossa liberdade politica, as resoluções mais notaveis das nossas côrtes, com o catalogo d'ellas; porém ainda, o que é digno de que todos os Portuguezes saibam, a grande parte que a influencia ingleza ha tido, e por desgraça ainda tem, n'esta nossa decadencia territorial, commercial, e politica. E tambem os pais de familia nada perderão em a fazer lêr a seus filhos, e por ella lhes começarem a dar idéas do que foi, e é o paiz em que nasceram. Acostumar a mocidade, logo depois dos seus primeiros annos, a amar a sua patria, e a liberdade com os exemplos, consagrados na sua historia, é um dos maiores beneficios que um pae póde fazer a um filho.

Em attenção á escaceza dos tempos e commodidade das pessoas que quizerem ter esta obra, e para ella subscrever, se publicarão semanalmente duas folhas em bom papel para formarem um volume em 8.º grande, que constará pouco mais ou menos de 400 paginas. O preço de cada duas folhas semanaes será de 60 rs., pagos no acto da recepção das mesmas; e a subscripção poderá fazer-se em Lisboa tanto em casa do edictor na rua do Loireiro, n.º 15, juncto ao extincto convencto dos Caetanos, como na loja da Sr.ª Viuva Henriques, na rua Augusta, n.º 1, onde se vendem os *Annaes* ou *Memorias* do auctor; em Coimbra, na loja do Sr. Orcel, e em casa do Sr. José da Costa Mattos Torres; e no Porto, na loja do Sr. Guimarães, rua dos Caldeireiros, n.º 6, e José Joaquim Rodrigues dos Santos, na travessa da Fabrica do Tabaco, n.º 29.

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á morada do sobredicto editor.

MUNICIPAES PROGRESSOS.

(Carta.)

Sr. Redactor. — A carta do seu artigo 1807, sob o titulo *a cidade e o seu padroeiro sancto*, regista para a posteridade o dia, mez e anno, em que o municipio de Lisboa quebrantou pela primeira vez um quasi contracto religioso e de antiga posse. Para que porém essa camara não presuma, que só ella foi capaz de assomar-se em tão alto píncaro de philosophia, saiba-se que os vereadores de Cantanhêde tambem este anno lá treparam pela carunchosa escadinha *volteriana* — *nos quoque gens sumus et quoque philosophare sabemus.*

Como o seu jornal se compraz de enthesoirar para a historia commemorações de costumes patrios, e tradicções antigas, antiquadas e obsoletas, que todos os povos litteratos hoje apreciam, como grandissimo viveiro de poesia, tenho que não desestimará a presente noticia.

Por voto se achava ligada a camara e povo de Cantanhêde a vir todos os annos na primeira oitava do Espirito Sancto visitar o sanctuario de Sancta Maria de Vagos, e ahi adorar a sua protectora em recordação do grande beneficio, que este povo recebêra por intervenção da miraculosa imagem, segundo é tradicção, no reinado de elrei D. Sancho I. Conta a mesma tradicção, que por aquelles tempos houvéra uma grande secca; e vindo os povos de Cantanhêde com uma procissão de preces a Nossa Senhora de Varziella ouviram para a parte do mar uma sinêta, e parecendo-lhes ser em S. Thomé de Mira, d'onde só milagrosamente se poderia alli ouvir por ficar em distancia de duas grandes léguas, se partiram todos para aquella parte, e chegando á ermida de S. Thomé ouviam o écho da sinêta para as bandas do norte. D'alli se abalaram seguindo o som da sinêta, e vindo pela borda do mar chegaram ao sanctuario de Sancta Maria de Vagos, o qual então ficava afastado do mar uma légua, e meia légua ao noroeste d'esta villa, e aonde juncto ao mesmo mosteiro havia um fortim ou torre, da qual só permanecem duas paredes de altura de quarenta palmos estando soterrada mas de dobrada altura. Ao presente existe uma ermida na terra firme em rasão da arêa, que o mar lança continuamente, defronte das mencionadas paredes, na qual se venéra a mesma Sancta Virgem. Fizeram os povos de Cantanhêde a sua petição á Consoladora dos afflictos, e em continente os céus se derreteram em christalinas chuvas.

D'aquella data começou o voto; e consistia em vir o povo, com a sua camara encorporada, seguindo os dictos passos, trazendo offertas á Senhora, que eram pão, carne, e vinho, que depois repartiam entre si, e ao que chamavam *vôdo;* isto na primeira oitava do Espirito Sancto.

Correram annos; em alguns d'elles aconteceu ser o dia de grandes calmas ou grandes chuvas, e nunca este povo e esta camara deixaram de cumprir o seu voto. — Estava reservado o dia 5 de junho de 1843 para a camara e parocho de Cantanhêde deixarem de concorrer de cruz alçada aos pés da sua Bemfeitora. O povo porém, que é mais religioso, mais poeta, mais constante, e sobre tudo mais fiel á sua palavra do que geralmente os seus maioraes, seguiu o exemplo de seus avós e ainda este anno offereceu á sua Bemfeitora oito carros, carregados de carne pão e vinho, que se repartiram segundo o antigo uso e costume.

¿Continuará a camara, não digo já a de 1844, porque ha-de ser a mesma d'este anno, mas a sua successora a desempenhar um voto e usança quasi tão antigo como a monarchia, ligado a uma tradicção tão curiosa, acompanhado em cada anno de um dia de regosijo para o pobre povo, tão trabalhado das amarguras da vida quotidiana, voto finalmente confirmado por uma provisão régia, e para cuja satisfação nunca se duvidou levar em conta á camara as despezas que n'isso houvesse feito? De V. etc.

Vagos 21 de junho de 1843.

MOIRA ENCANTADA.

1921 A crença popular de que por força de maleficos encantamentos vivem formosissimas filhas de Mafoma, perpetuamente encerradas, já nos seios escondidos de uma fonte, já no concavo de um rochedo, ou nas profundidades de uma excavação, mina, estrada, ou subterraneo moirisco, é de origem tão remota que não valem olhos de lynce a descobrir-lhe os prophetas e propagadores atravéz do nevoeiro de annos que lá vão. ¿Teriam estas abusões por sementes nos animos do nosso povo alguns resquicios das superstições romanas, não sendo mais que um arremêdo das antigas Naiades, habitantes das fontes, trajando a uso mais do paiz, mais em harmonia com suas velhas recordações, ou emvez de arbustos degenerados e exoticos serão porventura plantas indígenas e parasitas da imaginação popular, geradas de seu calor latente? Quem o souber que o diga: quanto a nós, o que sabemos, é que o povo as cultiva e alimenta.

Por todas essas provincias apparecem moiras, máu grado aos esforços dos nossos tres primeiros Affonsos, em purgar nossa terra d'esta raça descrente.

As tradicções populares engraçadas e por vezes mimosas e poeticas, que sobre taes assumptos por ahi vogam, formam uma especie de mythologia nacional, mina riquissima, cuja lavra podéra fornecer os nossos poetas de copia abundante de oiro, para com elle darem lustro e brilhantismo aos monumentos, que á patria consagrassem, sem que lhes fosse mister mendigar estranhos atavios. Já esta mina foi encetada, mas ainda está bem longe de ser exhaurida.

Ahi vão buscar as boas das nossas velhas beirôas as *historias*, ou *contos*, com que nos compridos e arripiados serões do inverno pertendem afugentar o somno dos olhos das moças, que em roda cabeceam puchando a custo pelas barbas encrespadas da róca, e com que ás vezes, bem a seu pesar, só conseguem adormecel-as de todo, baldando para prender-lhes as attenções os sabidos e indispensaveis atilhos de *vae d'ahi*, *eis senão quando*, *vae ao depois*, e quando Deus quer até o parlamentar *ouçam, ouçam*. Tambem já adormecemos ao som de tudo isso, e nunca melhor somno dormimos.

É porém de notar que os taes *contos* nem sempre são alegres e risonhos, antes muitas vezes são tristes e sombrios, caso em que servem para fazer medo a creanças. Esta differença de colorido nasce da diversidade de character das moiras de que as historias rezam. A nenhumas se nega o attributo essencial de formosissimas, e com tal condão, que se Aspasia de Mileto, e Diana de Poitiers foram bellas até aos 70 annos, estas o são por toda a eternidade: porém o que se affirma tambem é que nem todas são dotadas da mesma indole. Umas pacificas como pombas teem por innocente costume o vir ao nascer do sol para a entrada de sua humida habitação, compôr e toucar os formosos cabellos loiros, mirando-se requebradas no espelho das aguas. Ha quem tambem ao pôr do sol as tenha visto melancholicamente reclinadas á beira da corrente, já soltando, a espaços, fundos e sentidos suspiros, já tangendo em alaúde doirado carpidos e melodiosos accentos. Outras pelo contrario, dotadas de um espirito malfazejo e destruidor, são a aversão e terror das cercanias: divertem-se em fazer seccar as arvores, lançar por terra os fructos, e nas searas causam maiores estragos que as 300 rapozas de Sansão. Por causa de uma d'estas malevolas creaturas, da peior talvez, é que tomámos a penna afim de contarmos o que ha pouco succedeu na Bairrada, e já que entramos no nosso principal objecto não sairemos mais d'elle.

Entre a villa da Anadia e Arcos, na encosta escarpada do monte Crasto, que fica sobranceira e quasi perpendicular ao caminho, que ata as duas povoações, ha uma fonte a que chamam da Azenha, e que por uma larga abertura á similhança de bocca de forno, corre a abastecer copiosamente os proximos campos.

É fama e tradicção antiga nas visinhanças, que em certos tempos costuma alli apparecer uma moira encantada tão gentil como malevola: — ora como ainda por lá não houve astrologo, que ao certo calculasse as épochas da aproximação d'este temeroso cometa de nova especie ao perihelio, é sempre aquella paragem temida e mal assombrada — o lavrador que no findar do dia volta de seus affanosos trabalhos, não deixa ao perpassar-lhe juncto de lhe lançar um desconfiado olhar, assobiando ao mesmo tempo a sua repenicada cantiguinha, sabidas tretas para afugentar medos.

Não ha muito tempo, que quando menos se esperava apparece a moira, e contra seu costume nas noites de luar mais claro. Espalhou-se logo a nova assustadora de que andava *moirisma na costa*, e já não havia quem se atrevesse a passar a deshoras pela sinistra fonte. Preferia-se o subir e descer as escabrosas encostas do Crasto ao passar pelo caminho chão e liso da Azenha, e não só o vulgo ignorante tinha este *bom gosto*, que tambem pessoas de saber e edade, que bem as dispensára de crêr em bruchas; mas d'estas pensamos nós que fogiam da moira, não por temer-lhe as íras, mas os encantos. Já não havia em Anadia e Arcos quem não a tivesse visto passear airosamente no campo visinho á Fonte, mas ninguem ousava aproximar-se d'ella.

Azedou esta covardia aos fortes e destemidos das visinhanças: prégou-se uma cruzada contra a infiel, armaram-se os *pedestres* cavalleiros, cada um a seu modo e entre brados e voserias de enthusiasmo eil-os ahi que desfilam denodados como se foram a guerrear as hostes de Saladino. — Acercam-se da fonte: avistam a moira; distinguem já claramente o menear de suas longas roupas e cabellos ao sôpro do vento; alguns até lhe enxergam o flammejar dos olhos accesos em íra; recrescem os alaridos, os féros e ameaças contra a infeliz, que impassivel e quêda bem mostrava no aspecto a innocencia que lhe morava na alma. Depois.... precipitam-se como tigres sobre a malaventurada presa.... eil-os que erguem enormes varapáus, enchadas e forcados.

¡Contra uma dama, oh peitos carniceiros! vão ferir.... ¿a quem? ¡a uma ameixieira coberta de folhagem onde o orvalho da noite reverberava o luar!

Dest'arte se quebrou o fadario da moira, ficando a Fonte para sempre deserta, e os habitantes d'aquelles contornos corridos, mas ao menos curados da loucura de crêr em taes abusões. — Por esta licção ficaram sabendo que o melhor modo de afugentar bruchas, phantasmas, lobishomens e demais apparições e *coisas más*, é aproximar-se d'ellas com os olhos bem abertos.

A. M. do Coito Monteiro.

Coimbra 13 de junho de 1843.